

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

TIAGO ROSA DA SILVA

UMA FRONTEIRA NEGRA: RESISTÊNCIA ESCRAVA ATRAVÉS DAS FUGAS
ANUNCIADAS NOS JORNAIS JAGUARENSES (1855-1873)

JAGUARÃO
2015

TIAGO ROSA DA SILVA

***UMA FRONTEIRA NEGRA: RESISTÊNCIA ESCRAVA ATRAVÉS DAS FUGAS
ANUNCIADAS NOS JORNAIS JAGUARENSES (1855-1873)***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História-
Licenciatura da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção
do Título Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-
Alam.

JAGUARÃO

2015

TIAGO ROSA DA SILVA

***UMA FRONTEIRA NEGRA: RESISTÊNCIA ESCRAVA ATRAVÉS DAS FUGAS
ANUNCIADAS NOS JORNAIS JAGUARENSES (1855-1873)***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do
Título de Licenciado em História.

Trabalho apresentado e aprovado no dia 22/01/2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam - Orientador (UNIPAMPA)

Prof. Dr. Vinicius Pereira de Oliveira (IFSUL/CAVG)

Prof. Ms. Andréa da Gama Lima (Secult/UFPEL)

Dedico este trabalho aos **meus pais** pelo incentivo dado em toda minha trajetória acadêmica e pessoal e por acreditarem em mim, nos meus sonhos e nas minhas escolhas.

A Serapião, Claudino, Maria Roza, Ventura, Christina e todos os trabalhadores escravizados citados nos anúncios que resistiram e desafiaram a ordem escravista pela fronteira de Jaguarão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a minha família, por ter depositado em mim toda sua confiança e acreditar nos meus sonhos e desejos. Ao meu pai Edison e a minha mãe Eloá, por todo esforço e dedicação em me ajudar, tanto financeiramente, como pessoalmente. Por estarem comigo em todos os momentos de minha vida e pela luta árdua de um pintor e uma vendedora autônoma em manter um filho em uma instituição federal a quilômetros de distância. A tarefa não é fácil e a luta prosseguirá, mas esta jornada superamos.

Meu mais sincero agradecimento por vocês existirem em minha vida.

Agradeço aos meus irmãos, Rafael, Diego e Simone por estarem também presentes em minha vida e me auxiliando sempre que precisei. Ao meu irmão Rafael, grande Laufs, pela convivência em Jaguarão por quase quatro anos, sei que sua amizade e seu carinho serão eternos, meu muitíssimo obrigado irmão.

Aos amigos que fiz durante minha passagem por Jaguarão, regado a risadas, noitadas e momentos bons. Valeu Allan, ou melhor, bossinha, pela companhia e os bons momentos de diálogo e aprendizado. Ao meu amigo Marcel, por se mostrar sempre atencioso e proporcionar momentos bons nesse cotidiano pacato de Jaguarão.

Aos amigos que hoje estão longe, Edivaldo, Patrícia e Guilherme, por terem proporcionado bons momentos de risadas e discussões, que por mais longe que estejam sempre se mostraram pessoas atenciosas e carinhosas.

Meu agradecimento às pessoas que estiveram presentes durante a minha trajetória na universidade, seja pelas boas risadas madrugada adentro, seja na ligação pela música e por aí vai. Valeu galera!

Agradeço a Sra. Nilza e a Sra. Isolda, funcionárias do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão pelo acolhimento e atenção depositados em mim desde 2011 quando entrei nesse espaço para realizar pesquisas.

Aos professores da minha graduação, aos funcionários que são responsáveis pela limpeza e manutenção do prédio da Universidade, motoristas e o pessoal do Restaurante Universitário, valeu galera.

Ao professor Caiuá Al-Alam, grande historiador e pesquisador, por ter me orientado neste trabalho sempre com atenção e disposição. Por ter me iniciado na pesquisa histórica, algo que hoje tenho muito gosto e pelas discussões para além dos muros acadêmicos.

A minha companheira e amiga Taiane Lopes, por estar junto comigo durante toda minha trajetória dentro da universidade e fora dela. Pelos ótimos momentos de risadas, bons vinhos e cervejas, por me aguentar durante esses quase quatro anos e por não deixar que a arrogância do academicismo nos atingisse. Sou eternamente grato pela companhia e amizade. Junto com a Vênus, essa linda bolinha peluda de quatro patas, conseguimos aguentar todo esse “tranco”.

Enfim, dedico este trabalho a todos os batalhadores, os negros e negras pelo Brasil e pelo mundo afora que vão à luta por uma sociedade sem racismo, homofobia, machismo e todas outras formas de opressão!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir acerca da resistência escrava na região fronteira de Jaguarão mapeando o perfil dos trabalhadores escravizados que empreenderam fugas na cidade no período da escravidão. Além disso, propõe uma discussão acerca dos cativos que circulavam no espaço urbano dessa região fronteira forjando estratégias de resistência ao cativeiro. Para isso, foram mapeados quatro jornais locais do século XIX e que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, no qual compreendem os anos de 1855 a 1873. Para além de dar visibilidade a esses agentes que durante muito tempo foram silenciados pelas documentações oficiais, pretendemos contrapor a história oficial da cidade que ainda nos dias atuais insiste em negligenciar negros e negras que desde o século XIX forjaram suas lutas e suas ações políticas nessa localidade.

Palavras-chave: Escravidão; resistência negra; Jaguarão.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo discutir sobre la resistencia de los esclavos en la región fronteriza de Jaguarão mapear el perfil de los trabajadores esclavos que emprendieron caminos en la ciudad en la época de la esclavitud. También propone una discusión sobre los cautivos que circularon en el espacio urbano de esta región fronteriza forja en las estrategias de resistencia cautiverio. Para ello, cuatro periódicos locales del siglo XIX fueron asignadas y se encuentran en el Instituto Histórico y Geográfico de Yaguarón, que comprenden los años 1855 a 1873. Además de dar visibilidad a estos agentes que durante mucho tiempo han sido silenciados por la documentación oficial tenemos la intención de oponerse a la historia oficial de la ciudad que aún hoy insiste en hombres negros y las mujeres por alto que desde el siglo XIX forjó sus luchas y sus acciones políticas en esta localidad.

Palabras clave: la esclavitud; resistencia negro; Yaguarón.

LISTA DE ABREVIATURAS

IHGJ – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatística Populacional de cidades escravistas – 1859.....	21
Tabela 2: Censo populacional da cidade de Jaguarão – 1868.....	22
Tabela 3: Escravos fugidos segundo o sexo.....	36
Tabela 4: Escravos fugidos segundo a cor.....	37
Tabela 5: Tipos de fugas (individuais e/ou coletivas).....	39
Tabela 6: Especialização do trabalho.....	41
Tabela 7: A idade dos escravos.....	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PRESENÇA CATIVA NA FRONTEIRA: DADOS SOBRE A ESCRAVIDÃO NA CIDADE DE JAGUARÃO (SÉC.XIX).....	17
3. “ <i>BEM FALANTE, MUITO CAPADÓCIO E POLÍTICO</i> ”. O PERFIL DOS ESCRAVOS QUE EMPREENDERAM FUGAS EM JAGUARÃO.....	28
3.1 As fugas quanto ao sexo.....	36
3.2. As fugas quanto a cor.....	37
3.3. Os tipos de fugas (Individuais e coletivas).....	39
3.4. As fugas em relação a especialização do trabalhador escravizado.....	41
3.5. As fugas quanto a idade.....	43
4. <i>AUTONOMIA CATIVA: ESCRAVOS URBANOS NA JAGUARÃO OITOCENTISTA</i>	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERENCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Jaguarão, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul e fazendo fronteira com o Uruguai está inserida como uma das mais belas cidades do interior gaúcho, principalmente pelos casarões que desde o século XIX sobrevivem, em sua grande maioria intactos. A cidade, hoje em dia considerada Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul, preserva uma rica arquitetura eclética, com casarões que um dia denotaram a riqueza de barões e charqueadores que ali se estabeleceram, transformando a cidade em uma zona influente na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX.

Ainda hoje em dia a história da cidade é narrada em grande parte por essas histórias que, a todo custo, tentam enaltecer personagens influentes da cidade, como é o caso do Coronel Manoel Pereira Vargas, que estava à frente das tropas jaguarenses na expulsão dos caudilhos uruguaiois em meados da década de setenta do século XIX, episódio este que fez com que a cidade recebesse o título de Cidade Heroica.

Ao escrever uma história deste cunho, alguns escritores locais esquecem que a cidade de Jaguarão atravessou o século XIX com uma intensa população negra escravizada, que de diversas partes do Império acabaram por parar neste solo. Essa mesma população negra escravizada que forjou o patrimônio jaguarense, e que são negligenciados pela história oficial da cidade.

Sendo assim, o propósito do meu trabalho é valorizar a passagem destes trabalhadores escravizados, que imersos no mundo da escravidão jaguarense, forjaram lutas, estratégias de resistência e traçaram suas histórias. Nesse sentido, pretendo escrever uma história social de Jaguarão no século XIX, atentando para os cativos e suas experiências enquanto agentes históricos e políticos que desenharam o cenário local, fazendo um contraponto a essa história oficial da cidade que insiste em tornar não só a população negra, mas os demais segmentos populares invisíveis na história local.

Com relação à história social, cabe aqui frisar a importância desta abordagem de estudo que vem ganhando destaque, principalmente no meio acadêmico. Conforme nos aponta Castro (2011), a história social enquanto campo específico de estudo, teve seu

apogeu nas décadas de sessenta do século XX. Na primeira metade do século XX historiadores influenciados principalmente pela clássica Escola dos Annales começam a se debruçar no tema e escrever outro tipo de história, em contraponto a historia factualista centrada nas grandes batalhas, grandes homens e estratégias diplomáticas. Colocando-se enquanto opositores a essa historiografia tradicional, o movimento propunha uma história-problema, trazendo novos métodos e abordagens para o estudo da história.

Hoje em dia já existem algumas obras acadêmicas que valorizam agentes históricos que durante muito tempo foram negligenciados na história de Jaguarão, como é o caso dos trabalhos dos historiadores Jônatas Caratti, Paulo Moreira e Gabriel Aladrén que se debruçaram na história da escravidão em Jaguarão.

Este trabalho pretende dar sequencia nesses estudos focando essa localidade fronteiriça, com o propósito de mapear o perfil dos trabalhadores escravizados que empreenderam fugas em Jaguarão, no período que compreende os anos de 1855 a 1873.

Para isso utilizaremos como fonte principal os jornais locais que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Utilizaremos quatro jornais, sendo eles o jornal O Echo do Sul (1857), Reforma (1871-1873), Jaguareense (1855-1856) e o jornal Atalaia do Sul (1868-1873).

Foram encontrados vinte e dois anúncios de fugas contendo quarenta e dois cativos fugidos. Infelizmente os jornais não estão completos, tendo lacunas e falhas. Obviamente que se o acervo estivesse completo, encontraríamos mais fugas.

O recorte temporal deste trabalho compreende os anos de 1855 à 1873, momento em que a escravidão no Brasil começava a ser questionada e que projetos e leis vigoravam, fazendo estremecer os pilares dessa instituição.

Com relação aos jornais pesquisados, estes apresentam perfis diversificados. O jornal Reforma, por exemplo, tem como característica se opor ao governo central. O jornal O Echo do Sul mantém uma postura de apoio ao Império, e foca bastante em noticiários estrangeiros. O jornal Jaguareense, que foi fundado pelo mesmo diretor do O Echo do Sul mantém uma postura semelhante a o segundo citado.

O Jornal Atalaia do Sul também faz críticas ao governo central, porém com uma postura mais moderada.

Mesmo sendo bem diversificado o posicionamento destes jornais, todos anunciavam escravos fugidos na localidade de Jaguarão e proximidades, como a cidade de Pelotas e Rio Grande e relatavam noticiais sobre a escravidão não só na cidade de Jaguarão, mas em âmbito nacional.

Mesmo sabendo da importância de outras fontes, como processos criminais, inventários, fontes da polícia entre outras que se analisadas juntamente com os jornais iriam enriquecer mais os dados deste trabalho, optamos por focar somente nos jornais locais e valorizar o acervo existente no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

No primeiro capítulo tentaremos expor dados sobre a escravidão em Jaguarão, evidenciando que ao longo do século XIX a cidade teve uma considerável população negra, que ocupavam as zonas rurais e urbanas da cidade. Através de tabelas e de informações levantadas por pesquisadores que escreveram sobre a escravidão na localidade, nosso objetivo é mostrar o quão importante foi a cidade de Jaguarão no tocante a presença de trabalhadores escravizados.

No segundo capítulo nos aventuraremos a tentar mapear o perfil dos cativos que se arriscaram e empreenderam fugas em Jaguarão. Nos debruçamos em autores que já escreveram sobre essa temática para tentar perceber atributos como cor, idade, sexo, ofícios dos cativos, e se as fugas eram individuais ou coletivas.

E no terceiro e último capítulo temos como objetivo analisar aspectos da escravidão urbana em Jaguarão, tentando perceber espaços em que os escravos circulavam e a ação das autoridades no sentido de prendê-los, mostrando assim uma “cidade negra” com margens de autonomia dos escravos que fugia aos olhos das autoridades policiais e senhoriais.

Acreditamos que por mais que os anúncios que encontramos no IHGJ sejam poucos, mesmo assim possamos (re) constituir uma história social das negras e dos negros que circularam pela Jaguarão oitocentista forjando estratégias de liberdade ao cativo, mas que foram ao longo de décadas esquecidos pela história oficial da cidade.

2. PRESENÇA CATIVA NA FRONTEIRA: DADOS SOBRE A ESCRAVIDÃO NA CIDADE DE JAGUARÃO (SÉCULO XIX)

Neste primeiro capítulo, pretendo caracterizar a escravidão na cidade de Jaguarão no século XIX, me atendo a historiadores que já escreveram sobre a temática.

Pretendo desde já ir mostrando a forte presença cativa nessa região fronteiriça, que no decorrer do século XIX chegou a ser uma das cidades com maior população escrava da província de São Pedro.

Localizada no extremo Sul do Brasil, a cidade de Jaguarão faz fronteira com o Uruguai, o que torna mais peculiar sua dinâmica escravista, como veremos mais adiante. Com relação à formação histórica da cidade de Jaguarão, segundo nos aponta Franco (1980), a atual cidade foi formada em 1802 inicialmente por militares para ser a sede da guarda militar e base de operações, num contexto em que o território fronteiriço que compõe a região passava por disputas entre luso-brasileiros e hispânicos, sendo assim um território estratégico na fronteira sul.

Como aponta Martins (2001) de acordo com as movimentações militares decorrentes dos conflitos com o Uruguai, a população da recém-formada Vila começou a crescer¹, até que em 31 de Janeiro de 1812 foi elevada à categoria de Freguesia, que recebeu o nome de Espírito Santo do Serrito.

Nos anos que se seguiram, a população jaguarense só tendeu a aumentar, motivada pelos conflitos no Uruguai e também com a crescente indústria saladeiril² na região, o que evidentemente reforçava a presença da mão de obra escrava em solo

¹Segundo dados do escritor Sérgio da Costa Franco, em 1814, dois anos depois da criação da Freguesia, a população desta já era de mais ou menos 500 habitantes, observado pelo autor a partir de registros de batismos da Matriz de Rio Grande e dos registros de matrimônios. Com relação a presença negra no período que antecede a criação da Freguesia, o autor encontrou o assento de matrimônio de um casal de africanos de Nação Benguela, de nomes Domingos e Joana, escravos de um proprietário de Charqueada. FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e Coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

²Segundo o historiador Paulo Moreira “no ano de 1854 funcionavam no município de Jaguarão nove charqueadas, sendo que duas paralisaram suas atividades no ano seguinte”. Esta diminuição não se refletiu, entretanto, no número das reses mortas nestes estabelecimentos, que passou de 35.163 para 41.697, um aumento de 15,67%. ” In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX)*. *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2009. p. 6.

jaguarense. Um dado importante para se pensar no contingente cativo no Rio Grande do Sul foi levantado por Helen Osório, no qual mostra que em 1819, o RS concentrava cerca de 28.253 escravos, numa população de 92.180, em que em porcentagem, os escravos chegavam a 30,6% da população rio-grandense (Osório, apud Lima, 2010, p. 39).

Os dados acima nos mostram uma intensa população escrava já no início do século XIX, e que posteriormente se revelou na cidade de Jaguarão, visto o crescimento de charqueadas, indústria essa que dependia necessariamente de mão de obra escrava.

Mas não era só na indústria saladeril que se concentravam trabalhadores escravizados, estes estavam em grande número nas fazendas³ como também na cidade, com a presença de cativos domésticos, como nos evidenciam as demandas presentes nos jornais locais com os anúncios de compra e venda de escravos para a lida da casa⁴.

Com relação aos trabalhos acadêmicos sobre escravidão em Jaguarão, estes são recentes, datam a partir do ano 2000, pois até então a história dessa região se teceu em torno dos monumentos históricos, fachadas do século passado e de arquitetura eclética, no qual essa história “oficial” acabou por invisibilizar e omitir a história do negro na região e torná-lo em mero coadjuvante da história local⁵.

O historiador Paulo Moreira pesquisando a trajetória de seu personagem Aurélio Veríssimo de Bittencourt, nos presenteou com informações importantes sobre a Jaguarão do século XIX. Se utilizando de uma rica documentação histórica, como inventários post-mortem, ofícios da Câmara Municipal de Jaguarão, e livros de batismos, o autor buscou mapear o local onde nasceu Aurélio Veríssimo e conseqüentemente nos trouxe dados sobre o contingente cativo nessa região.

³Thiago Araújo, analisando a residência dos escravos nos municípios da Província de São Pedro através das listas de matrículas, referentes ao ano de 1872-73 percebeu que em Jaguarão 80,6% dos escravos residentes se encontravam em zonas rurais. In: ARAÚJO, Thiago Leitão. *Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 8.

⁴É comum encontrarmos no decorrer do século XIX em Jornais locais anúncios de compra e venda de escravos para funções domésticas. Um exemplo: “Vende-se uma escrava de 40 anos de idade, muito fiel, sabendo lavar, engomar, cosinhar com perfeição; para tratar nesta cidade com o Dr. Henrique D’Ávila”. *Jornal Reforma*. 23/02/1872. IHGJ.

⁵Sobre a participação do negro na construção do patrimônio jaguarense, ver: LIMA, Andréa da Gama. *O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural Jaguarense*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2010a. (Dissertação de mestrado).

O autor nos mostra o censo local de 1833, que foi pedido pela Presidência da Província aos vereadores locais e que traz informações importantes da população local. Dos 5.457 indivíduos, 2.856 eram brancos e 2.601 eram pretos. Essa informação é importante para compreendermos que já em 1833, Jaguarão possuía uma significativa população escrava. Com base nas informações adquiridas por Moreira, se notarmos em termos proporcionais, havia mais homens negros (64,17%) do que homens brancos (52,38%). Com relação às mulheres residentes na vila, havia em porcentagens 47,62% de brancas, para 35,83% de pretas.

Com relação aos escravos de procedência africana, essa relação nominal apresentada por Moreira (2009) nos mostra que dos indivíduos entre 15 a 35 anos predominavam os escravos de origem africana em comparação com os crioulos. Interessante lembrar que essa era a idade mais produtiva do trabalhador escravizado, e que essa grande quantidade de africanos presentes em Jaguarão possa ter sido em consequência da Lei de 1831⁶, fazendo com que proprietários escravistas e traficantes aumentassem os seus plantéis com cativos africanos como reação à possível extinção do tráfico negreiro.

Ainda na tentativa de contextualizar a localidade fronteiriça em que nasceu seu personagem, no caso Aurélio Veríssimo, Moreira (2009) pesquisou inventários post-mortem de Jaguarão, no qual localizou 166 inventários. Destes, 141 possuíam escravos e 25 não. Em porcentagens, destes inventários analisados pelo historiador, 84,94% possuem escravos, o que mais uma vez reforça o nosso argumento de que Jaguarão foi uma região com uma forte presença escrava. Sérgio da Costa Franco também pesquisando inventários em Jaguarão no período que vai de 1845 a 1847, mapeando dezessete inventários – sendo de 13 fazendeiros e 4 moradores urbanos – encontrou a quantia de 108 escravos, número significativo de cativos visto que a Província estava se (re)estabelecendo depois de anos de guerra civil.

Dando sequência nos números, Moreira (2009) percebeu também que o perfil da posse escrava em Jaguarão era similar com a de Rio Grande, em que 71% dos proprietários possuíam plantéis entre 1 a 9 cativos, esses dados concernentes ao período

⁶ A lei de 1831 declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. "Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres". Fonte: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html.

que vai de 1835 a 1845. Percebemos uma posse escrava miúda em Jaguarão, em que a maioria dos proprietários possuía poucos escravos, que poderiam ser para a lida no campo ou para serviços domésticos. Interessante pensarmos que essa posse “pulverizada” de escravos em Jaguarão poderia facilitar articulações entre os mesmos, visto que muitos escravos domésticos circulavam pela cidade vendendo alimentos como leite e quitandas, gerando assim laços de solidariedade e redes de articulação entre a população cativa nessa região.

Ainda com relação à posse escrava em Jaguarão, Gabriel Aladrén (2011) fazendo um levantamento dos inventários na cidade de Jaguarão no período que vai de 1802 a 1836 encontrou 136 proprietários e um número de 1.030 escravos. Assim como Paulo Moreira, Aladrén encontrou forte concentração de mão de obra nas mãos de pequenos proprietários, 78% tinham posse de 1 a 9 cativos, números parecidos se comparados aos 71% dos proprietários que Paulo Moreira encontrou.

Com relação à procedência destes cativos, Aladrén (2011) encontrou 52,3% de Africanos e 47,7% de crioulos. Percebemos assim uma maioria de africanos em solo Jaguareense, o que pode ser explicado pela proximidade de Jaguarão com o porto de Rio Grande, pois esse facilitou a chegada de africanos novos e ladinos para solo jaguareense e demais territórios rio-grandenses.

No que diz respeito ao porto da cidade de Rio Grande, Gabriel Berute (2011), ao analisar o tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as suas conjunturas no tráfico atlântico, percebeu que o Rio Grande do Sul fez parte da “terceira perna” do tráfico transatlântico de escravos.

Segundo Berute (2011), ao chegarem às principais zonas do mercado escravista, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Salvador, os africanos eram remetidos para outros portos, sendo a referência no sul do país a cidade portuária de Rio Grande, de onde estes trabalhadores escravizados eram redistribuídos para outras localidades, sendo a cidade de Jaguarão uma delas.

Essa informação é importante para pensarmos que a cidade de Jaguarão estava na rota do tráfico transatlântico de escravos, e que durante boa parte do século XIX, pelo pequeno cais do porto da cidade desembarcaram muitos trabalhadores escravizados.

Outros dados que nos evidenciam a forte presença negra nesse espaço fronteiriço foram achados nos relatórios do presidente da Província.

Tabela 1: Estatística Populacional das cidades escravistas - 1859

Cidades	Livre	Escravos	Libertos	Total	% de escravos
Porto Alegre	20.341	8.417	965	29.723	28,31
Jaguarão	7.668	5.056	275	12.999	38,89
Pelotas	7.793	4.788	312	12.893	37,13
Rio Grande	15.432	4.369	71	19.872	21,98
Cruz Alta	22.073	4.019	392	26.484	15,17
Bagé	7.982	4.016	344	12.342	32,53

Fonte: Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - Joaquim Antão Fernandes leão, 1859. (http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul)

A partir das informações contidas na tabela acima, percebemos que no ano de 1859⁷ a população total de Jaguarão era de 12.999 almas. Destas, aparecem 7.668 livres, 275 libertos e 5.056 escravos. Um número bastante significativo, pois se analisarmos com os números das outras cidades presentes na tabela, Jaguarão aparece com a segunda maior população escrava da Província de São Pedro, ficando atrás apenas da capital Porto Alegre e na frente de cidades importantes no que diz respeito a presença escrava, como a cidade portuária de Rio Grande e o pólo charqueador de Pelotas.

E com relação à porcentagem de escravos perante a população livre, Jaguarão apresenta a elevada quantia de 38,89%, ficando na frente de Porto Alegre, que apresenta 28,31%.

Fazendo um levantamento dos jornais locais na cidade de Jaguarão, encontramos no jornal Atalaia do Sul no ano de 1868 um censo populacional expedido pela Delegacia de Policia do termo.

⁷No trabalho do Historiador Jônatas Marques Caratti intitulado: *O solo da liberdade*. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862) p. 234, o historiador apresenta uma tabela dos municípios com maior número de escravos na província no ano de 1859. Segundo Jônatas, a população total de Jaguarão nesse ano era de 18.055 habitantes, entre 12.999 livres e 5.056 escravos. Porém, comparando esses dados com os do relatório do presidente da Província de 1859, as informações não coincidem, pois a fonte que Jônatas utilizou - o Appenso Estatístico de 1868 - parece estar equivocada, no qual somou o total da população com o número de escravos, chegando assim a quantia de 18.055 habitantes, quando na verdade seria de 12.999 (entre escravos, livres e libertos).

Tabela 2: Censo populacional da cidade de Jaguarão - 1868

Jaguarão	Livres	Escravos	Total	% escravos
1868	7.950	4.221	12.171	34,68

Fonte: Estatística Populacional da cidade de Jaguarão. 19/04/1868. Jornal Atalaia do Sul. IHGJ.

A cidade de Jaguarão aparece com a quantia de 12. 171 habitantes. Destes, 7.950 estão como livres e 4.221 escravos. Se compararmos os dados da tabela 2 com a tabela 1 apresentada anteriormente, notaremos que a população de Jaguarão diminuiu de 12.999 habitantes para 12.171, uma queda de 6,36 % com relação ao ano de 1859. E a escravaria também diminuiu, pois na tabela 1 temos 5.056 escravos, e na tabela acima temos 4.221, uma queda percentual de 16,51%.

Mesmo com a diminuição, tanto da população livre como do contingente escravo, estes ainda somam a quantia de 34,68% da população total de Jaguarão, números relevantes e que caracterizam a forte presença negra nessa região fronteiriça.

Torna-se interessante trazer os dados apresentados por Thiago Araújo (2011) sobre as listas de matrículas dos escravos elaboradas pela Diretoria Geral de Estatísticas (DGE). Contrapondo-se ao censo de 1872, o autor busca nas matrículas dos escravos números mais “precisos”⁸. No censo de 1872, Jaguarão aparece com o número de 3.248 escravos⁹, enquanto que através das listas de matrículas de 1872-73 apresentadas por Thiago Araújo esse número sobe para 4.592, uma diferença de mais ou menos 1.300 pessoas.

Segundo Thiago (2011), destes trabalhadores escravizados residentes em Jaguarão, 3.702 se encontravam nas zonas rurais da cidade, (80,6%) enquanto que 890 escravos estavam residentes no espaço urbano (19,4%). Números importantes para percebemos o quanto essa localidade fronteiriça dependeu da mão de obra escravizada para os trabalhos na lida do campo, e também para reforçar a importância da zona rural, no qual em muitas delas se encontravam as charqueadas.

⁸Segundo Thiago Araújo, “os censos não visariam outros fins que não os estatísticos, enquanto que a matrícula era destinada não só a levantar dados populacionais, mas também a fiscalizar, dali em diante, o uso e a transmissão da propriedade em escravos”. ARAÚJO, Op. Cit. 2011, p. 2.

⁹LIMA, Andréa da Gama; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o Centro Histórico. In: GASPAROTTO, Alessandra; FRAGRA, Hilda Jaqueline de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Ensino de história no CONESUL – Patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf. UNIAPAMPA Jaguarão, 2013. p. 4.

Através destes dados concernentes ao período de 1872, fica evidente que mesmo se encaminhando para o final do século XIX, que foi marcado por campanhas abolicionistas e articulação dos escravos a fim de solapar o regime da escravidão, Jaguarão continuou mantendo uma forte concentração de mão de obra escrava, e se transformando numa importante região para analisarmos estratégias de resistência negra através das fugas anunciadas nos jornais locais, como veremos mais adiante.

Nesse sentido torna-se interessante os dados apresentados por Marcelo Farias (2010), que analisando as estratégias de resistência negra em Pelotas a partir de 1875, percebeu que mesmo nos últimos anos da escravidão, os proprietários de escravos ainda recorriam aos jornais para capturar escravos fugidos. Percebe-se que a classe senhorial ainda tentou manter suas posses de trabalhadores escravizados momentos antes do fim do regime.

Analisando Jaguarão, como citado anteriormente, a comparação faz-se necessária, pois mesmo a partir de 1870, onde já vigoravam leis anti tráfico e demais leis em prol do fim da escravidão, Jaguarão continuou mantendo uma forte concentração de trabalhadores escravizados, evidenciando que a classe senhorial dessa região, assim como a de Pelotas, tentou segurar a mão de obra escrava e explorá-la ao máximo, até os últimos dias em que vigorou o regime.

Outro trabalho de fôlego de pesquisa sobre a Jaguarão oitocentista foi realizado pelo historiador Jônatas Caratti¹⁰. Pesquisando a trajetória de seus dois personagens – preta Faustina e o pardo Anacleto – o historiador “mergulhou” nos arquivos e nos trouxe informações importantes sobre a cidade de Jaguarão no período da escravidão.

Através de tabelas elaboradas a partir de fontes primárias (escrituras de compra e venda de escravos, inventários, etc), Caratti (2010) pôde perceber o quão importante foi Jaguarão no que diz respeito ao número de africanos, no qual segundo o autor, na década de trinta do oitocentos sua população negra era mais africana “da costa” do que crioula, se equilibrando em comparação com a de brancos.

Como escrito anteriormente, Jônatas Caratti estava nos rastros de seus personagens, a preta Faustina e o pardo Anacleto em suas andanças pela fronteira rio-grandense e descobriu que seus personagens foram comercializados em Jaguarão.

¹⁰CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade*. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

A partir disso, o autor buscou mapear as escrituras de compra e venda de escravos na cidade, o que evidentemente nos trouxe dados interessantes.

Segundo Caratti (2010), Jaguarão estava entre os municípios com maior número de escrituras de compra e venda de cativos, no qual a cidade aparece em quinto lugar com o número de 605 relações comerciais (1833-1888), ficando atrás da capital Porto Alegre, Cachoeira, Rio Pardo e a cidade portuária de Rio Grande¹¹. Vale lembrar que o município entrou na contagem a partir de 1833, quando da criação da vila de Jaguarão, e que os outros municípios aparecem com datas anteriores.

Para além de ser uma localidade com um expressivo número de escravos, Jaguarão também tinha um importante e movimentado mercado escravista como analisou Jônatas, o que tanto para ele, quanto para nós, torna-se fundamental a escolha dessa região para pesquisarmos a vida em cativo no período da escravidão.

Outro fator importante analisado por Jônatas foi o fato de Jaguarão possuir, além de um movimentado mercado escravista, um outro mercado incomum, o tráfico ilegal de escravos pela fronteira, visto a proximidade de Jaguarão com o Uruguai.

Com relação a esse tráfico ilegal de escravos¹², que segundo o autor era bem esquematizado, e na maioria dos casos contava com a conivência das autoridades locais jaguarenses, percebemos que tanto Anacleto quanto Faustina, seus personagens, foram vitimados. Lembrando que a partir da Lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico atlântico de escravos, os preços destes subiram de forma significativa, fazendo com que esse comércio ilícito se transformasse num negócio lucrativo.

Outra questão que se torna de fundamental importância no trabalho de Jônatas é a relação do Império brasileiro e da Província de São Pedro com o Estado Oriental, visto que o país vizinho aboliu a escravidão ainda na década de quarenta dos oitocentos, se transformando em uma rota de fuga dos trabalhadores escravizados, na busca pelo “solo da liberdade”. Foram muitos os casos de cativos que optaram pela fuga até o país vizinho, porém nem todos fizeram essa escolha, visto as dificuldades que as fugas proporcionavam e as possibilidades de insucesso, que eram grandes.

Silmei Petiz (2006) irá analisar em sua obra as estratégias de liberdade dos escravos na província de São Pedro para o além-fronteira, afirmando que o escravo, ao

¹¹CARATTI, Op. Cit. 2013, p. 235.

¹²Para mais informações sobre o tráfico ilegal de escravos pela fronteira, ver: LIMA, Rafael Peter de. ‘A nefanda pirataria de carne humana’: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Porto Alegre: UFRGS, 2010b (dissertação de mestrado).

fugir no espaço fronteiro sul rio-grandense adquiria o status de liberdade, enquanto que as fugas de escravos em outras regiões do Brasil mantinham o fugitivo ainda na categoria de escravo, podendo a qualquer momento ser capturado e devolvido ao seu senhor. Segundo o autor, grande parte dos anúncios de fugas de escravos apontada nos jornais da província remete a fugas para a Banda Oriental (Uruguai). Mapeando os jornais locais no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, encontramos muitos anúncios de escravos buscando a liberdade em solo uruguaio, corroborando as afirmações de Petiz.

Ainda nesse sentido, pesquisando no Jornal O Echo do Sul, do ano de 1857, temos o seguinte anúncio:

Atenção – Escravos fugidos para o estado Oriental de propriedade do comendador Francisco J. Gonçalves da Silva, o qual recompensará bem a quem os aprender e entregar ao dito senhor. Os nomes dos escravos que fugiram em diferentes ocasiões são os seguintes¹³:

5 de nome Joaquim

3 de nome Antonio

1 de nome Bernabé

1 de nome Januário

1 de nome Lourenço

2 de nome Domingos

1 preta de nome Maria Rosa

1 preta de nome Christina

1 preta de nome Micaela, filha de Christina

2 pretas filha da mesma Christina

O anúncio do jornal acima se torna muito relevante no que diz respeito a escravos fugidos para a Banda Oriental. Analisando os dados acima, chegamos ao número de 18 escravos que “fitaram cipó” para solo uruguaio, e todos sendo propriedade de um único senhor. Os cativos fugiram em ocasiões diferentes, como deixa claro o anuncio acima, o que mostra a constante instabilidade da região de fronteira, em

¹³Anúncios – **Atenção**. Jornal O Echo do Sul, 12/09/1857. IHGJ.

que os trabalhadores escravizados conviviam diariamente com o anseio da possibilidade de fuga para um território onde a escravidão já se extinguiu, e os proprietários destes com receio de ter “quebras” nos seus plantéis.

Cabe ressaltar aqui uma característica interessantíssima da fonte citada acima, em que aparece a escrava de nome Christina. Em ocasiões diferentes, essa “preta” teve três filhas tomando o mesmo rumo, de buscar liberdade em solo uruguaio. Essa informação deixa evidente a instabilidade da posse escrava depois da abolição da escravidão no Uruguai, país esse que se tornou um grande atrativo para a liberdade dos trabalhadores escravizados na Província de São Pedro.

Mas uma questão nos trouxe algumas indagações a respeito da fuga de Christina para o Uruguai. Por qual motivo uma escrava rumaria para outro território, ainda mais numa ocasião de rompimento com o seu senhor, sem levar suas três filhas? A primeira possibilidade seria de preservar a integridade de suas filhas, visto que a fuga de escravos representava um risco a sua vida, pois dependendo da situação, poderia ser capturado, açoitado e também pela possibilidade de insucesso na empreitada, no qual muitos escravos fugiam a nado para o Uruguai, e em alguns casos acabavam morrendo afogados¹⁴.

E o segundo motivo seria de que a preta Christina partisse em fuga primeiro, para depois de se estabelecer em território uruguaio, articular a ação da fuga de suas três filhas para o mesmo lugar. Acredito na articulação escrava e nas suas ações políticas, em que percebendo a fragilidade da região fronteira depois do processo abolicionista uruguaio tenha motivado fugas e realçado redes de solidariedade de libertos – na Banda Oriental - e escravos em solo rio-grandense.

¹⁴Francisca Ferrer dá um exemplo de um escravo de nome Pedro que tentou fugir a nado para o Uruguai no ano de 1880, presente no *Jornal Atalaia do Sul*: “No dia 1º do corrente, apareceu no rio Jaguarão o cadáver do preto de nome Pedro, escravo do Sr. Isidoro Leandro de Souza. O Sr. Subdelegado de polícia Candido José Machado logo que teve ciência deste aparecimento seguiu em companhia do Sr. Dr. Espínola e do seu respectivo escrivão a fim de proceder o respectivo corpo de delito, para o lugar onde se achava o cadáver nos fundos da chácara do Sr. Leandro. Do exame cadavérico e do auto de perguntas só se evidencia que Pedro suicidou-se lançando-se ao rio, rumo ao Uruguai. Um dia antes de aparecer o cadáver foram encontrados o chapéu do infeliz Pedro”. In: FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a Liberdade e a Escravidão na Fronteira Meridional do Brasil: Estratégias e Resistências dos Escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888*. São Paulo: USP, 2011 (Tese de Doutorado). p. 112.

Diante disso, a fonte em questão torna-se um grande potencial para a análise do cotidiano dos escravos na cidade de Jaguarão, em que essas fugas pela fronteira mostram a instabilidade dessa região. Infelizmente o historiador Jônatas Caratti não se debruçou nos jornais de Jaguarão do século XIX, visto que as informações sobre escravidão e sobre fugas de escravos para território uruguaio iriam enriquecer mais ainda seu trabalho de pesquisa - mas cabe ressaltar que as fugas para o Uruguai também não são o foco desta monografia.

Finalizando a primeira parte deste trabalho, nosso objetivo foi de caracterizar a importância de Jaguarão no decorrer do século XIX, em que a região foi uma das principais cidades da Província de São Pedro com relação à mão de obra escravizada.

Os dados informados ao longo desta primeira parte do trabalho evidenciam que Jaguarão no século XIX foi uma cidade “negra” com características muito semelhantes a outras cidades escravistas da Província. E essa presença negra se deu desde a formação da cidade.

Ocupando as zonas rurais, mas também circulando nos espaços urbanos, a população negra aqui estabelecida foi forjando estratégias de liberdade, tecendo redes de solidariedade e, evidentemente, buscando maneiras de resistir ao cativo, ou no mínimo, buscar um cativo mais justo.

A partir dos anúncios de fugas de jornais locais, pretendemos na segunda parte deste trabalho caracterizar quem eram os trabalhadores escravizados que se arriscavam empreendendo fugas na Jaguarão do século XIX.

3. “BEM FALANTE, MUITO CAPADÓCIO E POLÍTICO”. O PERFIL DOS ESCRAVOS QUE EMPREENDERAM FUGAS EM JAGUARÃO

Nesta segunda parte do trabalho, pretendemos dar conta de mapear o perfil dos trabalhadores escravizados que se arriscaram a fugir na cidade de Jaguarão. Para tal, utilizamos os jornais locais que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico da cidade (IHGJ), local este que para além de jornais do século XIX, guarda ainda um rico acervo de atas, ofícios da Câmara de Vereadores da localidade e um acervo bibliotecário muito interessante.

Apesar de que as fontes citadas acima iriam enriquecer os dados sobre a escravidão em Jaguarão se cruzadas com informações dos jornais, neste trabalho nos detemos a utilizar somente as informações presentes nos periódicos, pois acreditamos que os anúncios de fugas são importantes suportes metodológicos para compreendermos um pouco do cotidiano da vida em cativo, e que obviamente, nos fornecem informações ricas de detalhes sobre os negros que fugiam.

Utilizaremos os anúncios presentes nos jornais O Echo do Sul, Jaguareense, Atalaia do Sul e Reforma, que compreendem os anos de 1855 á 1873, no qual encontramos vinte e dois anúncios publicados nos jornais, contendo quarenta e dois escravos fugidos.

Essas fugas que analisaremos mais adiante se inserem num contexto de cerceamento da instituição da escravidão no país. A partir de 1850 tem-se a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia definitivamente o tráfico transatlântico de africanos para solo brasileiro. Segundo José Murilo de Carvalho (2011), essa lei veio mais por pressões externas, no caso a Inglaterra, que através de acordos com o Brasil tentava proibir o tráfico de africanos.

Mesmo com a vigência da Lei Eusébio de Queiroz o país presenciou uma grande quantidade de africanos via tráfico ilegal, pois bem se sabe que esse comércio escravocrata era rentável e os negociantes não queriam abrir mão de seus lucros.

Como escrito anteriormente, muitos africanos entraram em território brasileiro pós 1850, como é o caso conhecido de Manoel Congo. Em sua pesquisa sobre a trajetória deste personagem, o pesquisador Vinicius Pereira de Oliveira (2005) afirma que Manoel Congo entrou pela província de São Pedro no ano de 1857, num navio que atracou na praia de Tramandaí, no litoral norte do RS, sendo o último desembarque de africanos que se tem notícias na Província.

Já na década de setenta do século do XIX temos a implementação da Lei do Ventre Livre, sancionada no dia vinte e oito de setembro de 1871. A lei formalizava o direito do trabalhador escravizado ao pecúlio e a alforria por indenização, por exemplo. Segundo Sidney Chalhoub (1990), mesmo com a formalização da lei, tais práticas já faziam parte do cotidiano da escravidão não só na Corte, mas em muitos outros lugares que mantinham uma considerável presença de cativos, sendo um direito costumeiro segundo o autor.

Portanto, segundo Chalhoub, mesmo que a lei expresse que o pecúlio, por exemplo, tenha que passar pelo consentimento do senhor, este não teria como controlar seus cativos nas cidades, visto que a mobilidade do escravo de ganho favorecia com que este acumulasse economias distantes dos olhos de seus senhores, fazendo com que muitos escravos se utilizassem deste recurso agora expresso na forma da lei.

Com isso, por mais que nosso recorte temporal tenha se dado muito pela questão das fontes disponíveis no IHGJ, o recorte em que tais fugas se inserem estão em um contexto de cerceamento da instituição da escravidão, no qual presenciou a implementação de leis abolicionistas que nas décadas posteriores culminaram no solapamento do regime no país.

Também é importante evidenciar um obstáculo que se pôs em nossa frente: o das lacunas dos jornais analisados. Infelizmente, os jornais que pesquisamos no IHGJ estão fragmentados, não possuindo uma sequência de datas. Por exemplo, o jornal Jaguarense tem-se apenas os anos de 1855 e 1856. O jornal O Echo do Sul possui apenas uma pasta com o ano de 1857, e que não tem o ano todo, visto que as páginas iniciam em Julho e vão até dezembro do ano citado. O jornal Reforma tem os anos de 1871 à 1873. Porém, esses anos não estão completos, pois começa em agosto de 1871 e vai até julho de 1872, e a outra pasta vai de agosto a dezembro de 1872 e de janeiro à julho de 1873.

O que nos chama a atenção é que, pesquisando o jornal Jaguareense no IHGJ entre os anos de 1856 à 1871, a historiadora Francisca Ferrer (2011) diz ter encontrado trinta anúncios de fugas de escravos. Mapeando todo o acervo do mesmo local em que a pesquisadora diz ter encontrado esses anúncios, percebemos que só existe uma pasta com o jornal Jaguareense, referente aos anos de 1855-56, o que torna completamente questionável sua afirmação. Porém, outra hipótese é de que a historiadora tenha tido acesso a fontes que em nossa pesquisa na instituição não encontramos¹⁵.

Com certeza, se o acervo estivesse completo encontraríamos mais fugas de escravos na cidade de Jaguarão. Mesmo assim decidimos mapear os números que encontramos e valorizar o acervo existente, evidenciando que houve fugas nessa localidade e estratégias de resistência negra no período analisado, e como evidencia Eduardo Silva (1989, p. 14) “o historiador, contudo, está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja”.

Mas antes de adentrarmos no complexo universo do cotidiano do trabalhador escravizado, presente nos anúncios dos jornais jaguareenses, tentaremos expor algumas reflexões em torno do debate historiográfico sobre a resistência negra no período escravocrata.

Pauta das discussões acadêmicas que atravessaram o século XX, a história social do negro no Brasil¹⁶, assim como o próprio conceito de resistência escrava, ganhou diversas denominações, facetas e conceitos.

Marco referencial dos estudos da escravidão no Brasil, Gilberto Freyre em sua obra intitulada *Casa Grande & Senzala*, lançada em 1933, deu para esta instituição um caráter benigno, no qual escravos e senhores conviviam de forma benevolente frente a um sistema patriarcal e paternalista. O autor afirmou ser a escravidão no Brasil benevolente e o escravo um agente passivo/submisso, o que, obviamente, fez com que

¹⁵A historiadora Francisca Ferrer diz ter pesquisado nos jornais: O Echo do Sul de 1865; Atalaia do Sul de 1850; O Jaguareense de 1872. Pesquisando os jornais existentes no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, não encontramos os jornais com estas datas que a historiadora diz ter pesquisado.

¹⁶Ainda no início do século XX surgem obras que tratam da presença negra e/ou africana no Brasil. Alguns dos trabalhos que ganham destaque nesse contexto, no qual atribuem o atraso civilizatório do Brasil à presença negra são os de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. Ver: RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional. Ed. Universidade de Brasília, 1982.

outros autores se manifestassem contra suas teses em âmbito acadêmico¹⁷. Um desses autores foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Pertencente à chamada Escola Sociológica Paulista liderada por Florestan Fernandes, Fernando Henrique (1977) em sua obra, critica a lógica colocada por Gilberto Freyre sobre a benevolência da escravidão brasileira.

Pesquisando principalmente os relatos de viajantes e algumas fontes, o autor afirmou ser a escravidão um sistema brutal e coercitivo. Adepto ao pensamento marxista, o autor analisou a estrutura do sistema escravocrata brasileiro, onde tem como eixo o modo de produção escravista. Para o autor, o escravo é apenas uma mercadoria, sendo comprado, vendido e usado, o que ele vai chamar de “escravo-coisa”, ou “coisificação” do cativo. Existem dois tipos de coisificação, sendo elas: a coisificação subjetiva, quando o escravo se aceita como “coisa”, perdendo sua subjetividade e se aceitando como mercadoria ele apenas reproduz a lógica do sistema; e a coisificação social, quando o próprio sistema impõe ao escravo a condição de “coisa”.

A obra de Fernando Henrique deu “panos pra manga” para discussões posteriores. Diversos autores vão questionar a coisificação do escravo argumentada pelo sociólogo, e evidenciar que o escravo além de não ser “coisa”, lutava e resistia contra a escravidão, priorizando o resgate do escravo enquanto agente histórico, o que Fernando Henrique Cardoso não fez.

Obra referencial dos novos estudos sobre a escravidão no Brasil – ainda na década de oitenta - foi escrita por João José Reis e Eduardo Silva¹⁸. A partir de uma nova concepção sobre o conceito de resistência escrava, os autores vão afirmar que no período da escravidão, a resistência negra se dava também pelo âmbito da negociação. Segundo os autores, durante todo o processo de escravidão no Brasil os escravos lutaram e negociaram, pois sabiam de suas necessidades, das condições de seu cativeiro.

Segundo João José Reis e Eduardo Silva (1989), por muito tempo a escravidão no Brasil foi vista pela lógica do escravo violento, que se rebelava contra seu senhor cometendo atos de violência explícita, ou pelo escravo acomodado, que às margens da

¹⁷Críticas ao caráter benigno da escravidão brasileira e das relações benevolentes entre senhores e escravos estão presentes também nas obras de: GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. São Paulo: Zumbi, 1959.

¹⁸REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência escrava negra no Brasil escravista*. São Paulo, 1989.

Casa-Grande vivia um cativo pacífico, acomodado. Porém, para os autores, um meio termo aparece aí: o da negociação.

Mantendo o diálogo com os autores, estes afirmam que durante muito tempo a resistência escrava foi vista pelo viés da reação violenta do cativo a um sistema marcado exclusivamente pelo caráter violento. Somente as formas mais evidentes de resistência (fugas, formação de quilombos, assassinatos de senhores, suicídios, entre outras) eram evidenciadas.

Flávio Gomes (2006), também nesse sentido percebe que durante muito tempo se criou uma imagem romantizada do protesto escravo, enaltecendo os heróis que lutaram contra a escravidão. Porém, aos trabalhadores escravizados foi dado o papel de coadjuvante, pois convinha mais explicitar o sistema violento e agressivo da escravidão, do que perceber o escravo enquanto agente histórico, político, capaz de causar transformações cotidianas no sistema escravista.

Contrapondo-se a essa lógica generalizante de protesto escravo, Reis e Silva (1989) cunham o conceito de resistência escrava, sendo caracterizada, por exemplo, pela otimização do tempo de trabalho, pela barganha, preservação da cultura linguística e religiosa, tentando ganhar destaque no conjunto da escravaria que frequentava o interior da casa-grande, entre outras manobras de negociação cotidiana com seus senhores.

Percebe-se assim, novas abordagens sobre os estudos da escravidão no Brasil, e que vão colocar os trabalhadores escravizados no papel de protagonistas, agentes históricos que buscaram meios de resistir à escravidão em todo o processo em que essa instituição vigorou no Brasil.

Ganhando destaque também na historiografia da escravidão, os estudos sobre a família escrava mostram o quão importante foi para a experiência do negro a constituição familiar. A família escrava foi negligenciada por muito tempo pela historiografia, pelo fato de creditarem a presença massiva de homens nos espaços de trabalho e pela inviabilidade econômica da família para o sistema.

Segundo Robert Slenes (1998), a família escrava teve fundamental importância para a (re) estruturação de laços e solidariedade escrava, e mais, em algumas propriedades havia uma estabilidade familiar, no qual:

(...) a experiência de viver numa família conjugal estável era a norma para a grande maioria de *mulheres e crianças* escravas. Além disso, em propriedades “maduras”, com muitos anos de funcionamento, essa estabilidade se traduzia na existência de muitas famílias extensas, contando com a presença de três gerações e a convivência entre irmãos adultos e seus respectivos filhos.¹⁹

Com os avanços nos estudos sobre a família escrava, torna-se evidente que essas constituições familiares eram imprescindíveis para a vida do cativo, visto que proporcionava redes de alianças, de solidariedade e que de uma maneira ou de outra criavam meios para que o trabalhador escravizado tivesse melhores condições para enfrentar os obstáculos diários colocados pelo sistema escravocrata.

Pensando nessa convivência cativa entre gerações de famílias, fica evidente que a separação de homens e/ou mulheres acarretaria desgostos e revoltas, resultando em muitos casos nas fugas para encontrar seus parentes e familiares. Mas devemos considerar que esses projetos em muitos casos eram inviabilizados pela brutalidade de alguns senhores.

Com relação à fuga de cativos, o anúncio abaixo torna-se interessante:

200U000 de Gratificação a quem aprehender e entregar ao seu senhor, nesta cidade, Antonio Machado da Silva, o mulato Ambrosio, de 26 anos de idade mais ou menos, de regular altura, fornido de corpo, de rosto proporcionado e barbado. É filho desta província, crioulo de Candiota, donde tem mãe e irmãs; lugar este por onde foi visto, e presume-se que d'ali passou para o estado Oriental.²⁰

Percebe-se que Ambrósio “meteu o pé” de Jaguarão e foi visto em Candiota, cidade próxima a Bagé. O anúncio deixa claro que o “mulato” é natural da cidade em que foi visto e lá têm parentes. Mesmo que o anúncio não nos indique informações mais detalhadas com relação aos laços familiares de Ambrósio, podemos especular que o escravo possa ter sido separado de sua família no tráfico interprovincial e ter parado na fronteira com o Uruguai.

Com relação a sua possível passagem para a Banda Oriental, possa ter sido pelo fato de que, percebendo que não duraria muito tempo sem ser capturado, o Estado Oriental, na condição em que se encontrava era a melhor saída, visto que poderia permanecer mais tempo foragido.

¹⁹SLENES, 1998, p. 2.

²⁰Jornal Atalaia do Sul. 05/03/1868. IHGJ.

Durante os quase quatrocentos anos de regime de escravidão no Brasil, muitos escravos fugiram para (re) encontrar familiares, estreitar laços de solidariedade e viver entre os seus, no qual o caso de Ambrósio não é único.

Outro anúncio se torna significativo:

Fugiu no dia 28 do passado um crioulo de nome Pacífico, escravo de D. Antonia Dias Mattos; tem 18 annos de idade, alto, fino de corpo e retinto. Tem mãe e irmãs libertas nesta cidade, á Rua do Riachuelo. A pessoa que o encontrar e levar á sua senhora, á Rua do Triumpho, será bem gratificado. Protesta-se contra quem o tiver acoutado.²¹.

No anúncio acima percebemos um caso bem diferente do de Ambrósio, que residia em Jaguarão e tinha familiares em outro município. Pacífico era escravo na mesma cidade em que sua mãe e irmãs eram libertas. Mesmo que no anúncio não especifique o porquê do ato da fuga do escravo, podemos especular que na sua condição de trabalhador escravizado, e tendo familiares a poucos quilômetros de distância, seu destino tenha sido a busca pelos seus familiares, que até mesmo na condição de libertos, poderiam proporcionar a Pacífico melhor “acoinamento”.

No que diz respeito à fuga de trabalhadores escravizados – proposta deste capítulo – segundo Gomes (1996) estas foram vistas por muito tempo pela historiografia da escravidão como atos repetitivos, quase banalizados da resistência escrava e sem sentido político. Dialogando ainda com o autor, este afirma que:

(...) o escravo fugido foi visto somente como alguém que, “inadaptado” ao regime da escravidão, extenuado pela carga de trabalho e pelas condições de vida a ele impostas (alimentação, vestuário, habitação, castigos físicos etc.), procurava evadir-se do domínio senhorial²².

Sabe-se hoje que o cativo não metia o pé somente pelos castigos cometidos pelos senhores ou capatazes; não só pela sua alimentação, que evidentemente era em muitos casos inapropriada e também não somente pela carga excessiva de trabalho. Essas visões, ora simplistas, ora generalizantes, não deram conta de perceber tais fugas num

²¹Jornal Reforma. 05/11/1871. IHGJ.

²²GOMES, Flávio. Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*. Rio de Janeiro. V. 1. 1996. p. 8.

sentido político, e que estavam inseridas na experiência cotidiana dos trabalhadores escravizados.

Silvia Lara (1988) argumentando sobre as fugas de escravos, afirma que estas faziam parte da escravidão (eram inerentes a ela) não só porque os escravos resistiam à dominação, mas também pelo fato de ser um “dado da realidade”, no qual os senhores estavam cientes e previam tais fugas, que eram permanentes na sociedade escravista brasileira.

Ainda com relação às fugas de escravos, Eduardo Silva (1989) afirmou existirem dois tipos de fugas: as reivindicatórias e as fugas rompimento.

A fuga reivindicatória, segundo o autor não pretendia um rompimento radical com o sistema, mas sim causar transtornos aos senhores para que atendessem as demandas dos cativos, sendo uma cartada [...] “cujos riscos eram mais ou menos previsíveis – dentro do complexo negociação/resistência [...]” (REIS, SILVA, 1989, p. 63).

Já a fuga rompimento caracteriza-se por ser um ato mais radical na busca pela liberdade, no qual os escravos desafiavam a sociedade escravista “metendo o pé de vez”! Os motivos de tais fugas são extensos, o que evidencia que a própria fuga era um ato extremamente particular da experiência de cada homem ou mulher que se arriscou nessas empreitadas.

Presentes nos jornais jaguarenses, mesmo que em número pequeno devido à carência das fontes, as fugas pela cidade de Jaguarão tornam-se um grande potencial para análise da vida em cativeiro, no qual aparecem várias características dos negros fujões, como sinais corporais, possível destino, o que levou na empreitada, aspectos sobre a fala dos cativos entre outras características, visto a particularidade da fuga e do seu agente.

A análise das fugas de escravos nos jornais tem seu pioneirismo na obra de Gilberto Freyre – *Os escravos nos anúncios de Jornais Brasileiros do século XIX* – no qual Freyre mapeou mais de dez mil anúncios de jornais pernambucanos, da Corte e demais cidades brasileiras, pois para o mesmo “[...] é natural – que numa sociedade patriarcal e escravocrata como a nossa, no tempo do Reino e do Império, os anúncios de

maior significação fossem os de escravos: compras, vendas, trocas, aluguel, leilões e fugas [...]” (FREYRE, 2010, p. 95).

Freyre, em sua obra, mais descreveu os anúncios de fugas de escravos do que sistematizou as informações recolhidas, se preocupando mais em evidenciar em seu livro tudo o que recolheu de informações. Mesmo assim, seu estudo sobre as fugas de escravos, então levantamento inédito na área das Ciências Sociais ganhou destaque, principalmente por analisar os jornais enquanto fonte primária principal.

A partir daí, já surgem vários estudos, que vão desde teses acadêmicas, dissertações e trabalhos de monografias que contemplam informações sobre as fugas de escravos presentes em jornais de diversas localidades do país. E como escrito anteriormente, este trabalho insere-se nesse campo, evidenciando os jornais de Jaguarão e buscando desvendar o complexo cotidiano do trabalhador escravizado em suas tentativas de sobreviver perante o sistema escravista.

3.1 – As fugas quanto ao sexo

Com relação ao sexo dos escravos fugitivos, nota-se uma predominância do sexo masculino, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 3: Escravos fugidos segundo o sexo

Sexo	Nº	%
Homens	34	80,95
Mulheres	8	19,04
Total	42	100

Fonte: Pesquisa nos jornais assinalados de 1855 á 1873.

Podemos perceber como mostra a tabela acima, que dos quarenta e dois escravos fugidos, os homens somam trinta e quatro (80,95%) e as mulheres somam apenas oito fugas (19,04%).

Analisando os dados acima, não podemos afirmar que mulheres negras não fugiam e muito menos afirmar que não resistiram à escravidão. Nesse sentido, Flávio Gomes (2006) afirma que se levarmos em conta a natureza da fonte em questão (jornais), no qual a grande parte dos anunciantes acreditava que os escravos fugidos eram acoitados por terceiros, as fugas de mulheres poderiam ocorrer em maior número e não eram registradas, visto que estas seriam dificilmente capturadas pelo fato de possuírem mais estratégias de permanecerem ocultas, empregando-se em residências e outras casas, exercendo funções domésticas e similares.

Outro fator de debate sobre a predominância de fugas do sexo masculino na sociedade escravista brasileira foi atrelado a questões de família e laços parentais. Depois de ter filho, dificilmente a mulher se arriscaria a meter o pé, pois a fuga, como já explicitada em linhas anteriores, era um ato de risco para o cativo, e em muitos casos poderia dar errado, comprometendo não só a sua vida, mas de seus filhos. Esse não foi o caso da preta Christina citada no primeiro capítulo deste trabalho, que se arriscou e partiu para o Estado Oriental primeiro, deixando sua prole em solo jaguarense, provavelmente para depois de se estabelecer, articular a fuga de suas três filhas num ato extremamente corajoso.

Em muitos casos as mulheres possuíam o privilégio de adentrar o interior da casa de seus senhores, no qual exerciam funções domésticas (lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras), e no qual pensariam duas vezes em se arriscar na fuga. Devemos analisar essas questões como uma estratégia de sobrevivência, e não de acomodação, pois o trabalhador escravizado sabia o que era um cativo justo, ou no mínimo tolerável.

3.2 – As fugas quanto à cor

Com relação à cor dos escravos fugidos, os anúncios dos jornais jaguarenses são diversos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 4: Escravos fugidos segundo a cor

Cor	Nº	%
Cabra escura	1	2,38
Parda	2	4,76
Mulato	1	2,38
Preta	1	2,38
Fula	5	11,90
Retinto	2	4,76
Não consta	30	71,42
Total	42	100

Fonte: Pesquisa nos jornais assinalados de 1855 á 1873.

Como se mostra na tabela acima há uma incrível variação no tocante a cor dos escravos fugidos publicados nos jornais de Jaguarão. A grande maioria não consta a cor (71,42%).

Essas denominações variadas da cor dos escravos servem mais para salientar o lugar destes numa sociedade escravista, do que propriamente se referir à cor dos homens e mulheres. Segundo Sheila de Castro Faria (1994) esses significados servem para aproximar ou distanciar homens e mulheres do cativo. Trabalhando com o conceito de Cor/Condição, alguns termos como preto, crioulo, pardo, fulo servem mais para evidenciar a condição de cativo de uma pessoa do que propriamente a cor, se reportando assim a uma hierarquia social.

Silvia Lara (2007) argumenta que ao longo do século XVIII o termo pardo começa a aparecer como uma identidade reivindicada de pessoas que queriam se diferenciar do universo da escravidão, cobrando privilégios e tratamentos específicos. Assim, podemos afirmar que a categoria “pardo” foi forjada para distanciar homens e mulheres da condição de escravos.

Analisando os anúncios de fuga nos jornais jaguarenses, alguns termos parecem evidenciar a cor, e outros a condição do cativo.

Fugiu a João Pedro Gonçalves, um escravo crioulo de nome Joaquim, de idade de 20 a 22 anos, cor um pouco fula, alto e magro, tem o rosto bastante picado de bixigas; falla bem e é muito expressivo; julga-se ter passado para o Estado Oriental por ter levado consigo arreios e mala preparada para viajar a Cavallo. Quem o apreender e o levar a seu dono, rezidente nesta cidade, será gratificado com a quantia acima mencionada de duzentos mil réis. Jaguarão, 6 de Fevereiro de 1856.²³

O anúncio publicado no ano de 1856 evidencia que o fujão Joaquim era crioulo, no caso nascido em solo brasileiro, e sua cor era “um pouco fula”, ou seja, temos a condição (crioulo) e a suposta cor do escravo (pouco fula).

Deve-se levar em conta que quem dava as características de cor, de corpo e demais dos trabalhadores escravizados que fugiam eram os seus proprietários, e que em muitos casos se reportavam aos seus cativos de formas bastante pejorativas, carregadas de preconceitos.

Analisando as informações sobre as fugas na cidade de Pelotas no final do século XIX, Farias (2010) encontrou anúncios de fugas em que vinham informações de cor e a condição do cativo foragido, como no caso de Joaquim, citado anteriormente.

Segundo Farias (2010), alguns termos podem indicar informações sobre os escravos. No caso, se negro era utilizado para qualquer tipo de escravo, o termo preto comumente era designado para os nascidos na África, e crioulo nascidos no Brasil.

3.3 – Os tipos de fugas (Individuais e coletivas)

²³Jornal Jaguareense. 07/02/1856. IHGI. (Grifos do autor).

Sistematizando as informações coletadas sobre as fugas de trabalhadores escravizados na Jaguarão oitocentista, percebemos que houveram mais fugas individuais do que coletivas.

Tabela 5: Tipos de fugas

Tipos de Fugas	Nº	%
Individuais	40	95,23
Coletivas	2	4,76
Total	42	100

Fonte: Pesquisa nos jornais assinalados de 1855 á 1873.

Como mostra a tabela 3, as fugas individuais predominaram no período analisado somando quarenta (95,23%), enquanto as coletivas somaram apenas duas (4,76%).

Mantendo diálogo com Farias (2010), este encontrou para Pelotas um padrão semelhante ao que encontramos em Jaguarão, a predominância de fugas individuais (87,31%), e as poucas fugas coletivas que encontrou somam no total (12,68%)²⁴.

Percebe-se assim a escolha do trabalhador escravizado em fugir sozinho, dados que segundo Gomes (2006) foram uma constante no Brasil escravista.

Segundo o autor, as “escapadas” representavam uma atitude individual de cada escravo, visto também a dificuldade de fugir em grupos, sendo assim o que predominou no Brasil foram as fugas individuais.

Com relação às fugas coletivas, Eduardo Silva afirma que essas:

Fugas coletivas parecem possíveis apenas em condições excepcionais, como o avanço senhorial sobre conquistas anteriores (Santana de Ilhéus, engenho lavagem etc.); ou

²⁴CORRÊA, 2010. Op. Cit. p. 30.

quando a normalidade institucional é quebrada por dissidências no interior do bloco dominante (...).²⁵

Analisando uma fuga coletiva na cidade de Jaguarão em dezembro de 1855, podemos perceber o quão “aventureiros” foram os negros e negras que “meteram o pé”, como mostra o anúncio abaixo:

FUGIRAM dous escravos de Manoel Pereira Bastos sendo um crioulo de São Paulo, carpinteiro, por nome Zacarias, moço bem parecido, e outro da Costa da África por nome Antonio, de meia idade e cambaio, com falta de unha no dedo polegar de uma mão: estes negros seguiram em uma canôa grande pintada de cinzento, de bancos furados para mastros: em companhia delles foram um escravo e uma escrava prenha, da Viscondeça de Jaguary. Quem der noticias certas apprehende-os, será bem gratificado²⁶.

O anúncio acima se torna grande potencial para percebermos o quão ricas em detalhes podem ser as fontes de jornais, para analisarmos as fugas de escravos.

Zacarias, nascido em São Paulo e por ofício carpinteiro, veio parar em Jaguarão e se aventurou numa fuga junto com um africano da Costa da África de nome Antonio, como mostra o anúncio. Porém, nessa empreitada corajosa e cheia de riscos, foram acompanhados de mais dois escravos, um homem e uma escrava que esperava um filho.

Infelizmente o anúncio acima não traz informações dos nomes e características dos outros “dous” escravos que fugiram com Zacarias e Antonio, nem do suposto lugar onde iriam esses escravos com a canoa acinzentada. Podemos supor que fossem para o Estado Oriental, lugar esse que ainda na década de quarenta dos oitocentos abolira a escravidão, principalmente pelo fato de na fuga ter uma escrava grávida, e essa querer que seu bebê nasça respirando a liberdade.

Mas também poderiam ir para Rio Grande, ou Pelotas, pois nem sempre os escravos fugidos pela fronteira escolhiam o país vizinho, vistos as dificuldades impostas nessas fugas.

Mesmo sendo minorias nos anúncios dos jornais jaguarenses e nos demais estudos sobre fugas de escravos, tais fugas coletivas aconteceram sim, e como a citada acima, mostram que de uma maneira ou de outra, de canoa ou a pé, negros e negras

²⁵REIS, SILVA, 1989. Op. Cit. 77.

²⁶Jornal Jaguarenses. 18/12/1855. IHGJ.

resistiram à escravidão forjando estratégias de liberdade em todos os cantos onde vigorou esse regime.

3.4 – As fugas em relação a especialização do trabalhador escravizado

Tabela 6: Especialização do trabalho

Profissão	Nº	%
Campeiro e carneador	1	2,38
Carpinteiro	2	4,76
Ferreiro	1	2,38
Campeiro e domador	1	2,38
Alfaiate	1	2,38
Pedreiro	1	2,38
Não consta	35	83,33
Total	42	100

Fonte: Pesquisa nos jornais assinalados de 1855 á 1873.

Com base nas informações presentes na tabela acima, percebemos que dos quarenta e dois escravos fugidos em Jaguarão, nos anúncios aparecem apenas sete com especializações. Sendo um campeiro e domador, dois carpinteiros, um ferreiro, um alfaiate, um pedreiro e um campeiro e carneador.

Os ofícios de campeiro denotam a presença de mão de obra negra nas zonas rurais, no qual tanto o domador, quanto o carneador eram necessários para o trabalho, principalmente nas charqueadas. Segundo Moreira (2009, p. 6), no ano de 1859 funcionava em Jaguarão nada menos que nove charqueadas.

Para o trabalho nas charqueadas era necessário que o trabalhador escravizado tivesse especializações específicas, tendo os carneadores, salgadores, curtidores, charqueadores e demais ofícios.

Farias (2010) encontrou para Pelotas escravos com essas especializações, principalmente pelo fato da cidade ser referência no que tange a indústria do charque na Província de São Pedro, e que evidentemente necessitava de mão de obra especializada.

Gomes (2006) afirma que estudos tem demonstrado a importância de considerar a profissão/ocupação dos cativos nos índices de fugas. De acordo com o autor, escravos com especializações talvez não necessariamente fugissem mais, talvez fossem menos capturados. Essa afirmação se dá pelo fato de que o escravo que tinha ofícios poderia com mais facilidade ser acoitado e protegido, permanecendo o mais tempo possível ausente do domínio do seu senhor.

3.5 – As fugas quanto à idade

Tabela 7: A idade dos escravos

Idade	Nº	%
Até 25 anos	8	19,04
De 25 a 35 anos	3	7,14
De 35 a 40 anos	2	4,76
Não consta	20	47,61
Total	42	100

Fonte: Pesquisa nos jornais assinalados de 1855 á 1873.

Com relação à idade dos cativos fujões encontradas nos anúncios de fugas, predomina os mais jovens. Dos quarenta e dois escravos que “meteram o pé”, aparecem quatorze anúncios contendo a idade. O grupo que vai até os vinte e cinco anos aparecem oito, somando 19,4%. Três aparecem com idade entre vinte e cinco e trinta e cinco anos e dois aparecem de trinta e cinco a quarenta anos.

A predominância de jovens nas fugas não é exclusividade da localidade de Jaguarão. Outros estudos²⁷ mostram que eram os mais jovens que se arriscavam nas fugas, visto que não haviam constituído laços parentais e que no auge da idade é que os trabalhadores escravizados deveriam fugir mais, pois a fuga, como já escrito anteriormente era um risco para a vida do escravo.

Eduardo Silva (1989, p. 77) também afirma a predominância de escravos masculinos e mais jovens nas incidências de fugas no Brasil escravista, assim como Freyre (2010) encontrou pesquisando nos anúncios publicados nos jornais brasileiros do século XIX.

Como podemos perceber através dos quadros apresentados no decorrer deste capítulo, mesmo com poucos anúncios mapeados no IHGJ pela limitação das fontes encontradas, foram vários os trabalhadores escravizados que, por diversos motivos se arriscaram e fugiram.

Apenas quatro africanos foram encontrados nos anúncios. Os outros cativos encontrados na documentação aparecem como crioulos. Isso não quer dizer que não havia africanos em solo Jaguarense. Nos jornais analisados encontramos listas de óbitos que denotam a presença destes, mesmo em pequeno número.

Outro detalhe que deve ser levado em consideração são os altos índices de fugas para o Uruguai. Das quarenta e duas fugas encontradas nos jornais, 20 tiveram como destino a Banda Oriental (47,61%).

Esse alto índice de fugas para solo uruguaio apenas corrobora o que o historiador Silmei Petiz (2006) afirmou em seu trabalho de pesquisa, de que grande parte dos anúncios de fugas de escravos dos jornais da Província de São Pedro eram de escravos que foram para a Banda Oriental, principalmente após 1840, visto que nesse período o Uruguai aboliu a escravidão.

Nessa pesquisa encontramos anúncios que expressam a preocupação dos proprietários com relação a algumas características dos cativos. Por exemplo, a escrava Luzia, que fugiu no dia vinte e oito de fevereiro de 1868 costumava “dar balão”

²⁷Estudos sobre fugas de escravos em outras regiões do Brasil também apontam a maioria de “jovens” nos índices de fugas. Para mais informações, ver: AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal”- 1825 a 1832. Locus revista de história 2º. 2008.

(enganar) e se dizer forra²⁸. Já o trabalhador escravizado de nome Januário, por ofício alfaiate, fugiu numa quarta-feira dia 23 de dezembro de 1857 e segundo escreve o jornal era “bem falante, manhoso e cheio de melurias”²⁹. Assim também era Joaquim, cativo que meteu o pé no dia sete de fevereiro de 1856, e como evidencia o jornal é um cativo que “falla bem e é muito expressivo”³⁰. Freyre (2010) encontrou muitas destas características em sua pesquisa sobre os escravos nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX, e assim como ele, muitos outros historiadores que se ateram a esse tipo de fonte obviamente encontraram.

Essas características, para além de mostrar a preocupação dos proprietários de escravos, mostram o quanto esses homens e mulheres que foram submetidos ao regime da escravidão estavam articulados e não eram somente “boçais” como durante muito tempo foram descritos. Eram agentes que sabiam bem as condições de seus cativos, e mesmo em condições adversas, principalmente em meio a uma fuga arriscada, davam seus jeitos e modos para sobreviverem à escravidão.

Contudo, fica evidente que na Jaguarão oitocentista o que não faltou foram estratégias de liberdade dos trabalhadores escravizados, e mesmo que as fontes pesquisadas estejam “recheadas” de lacunas, podemos notar que em uma cidade “negra”, os homens e mulheres escravizados resistiram e lutaram contra a escravidão.

²⁸Jornal Atalaia do Sul. 28/02/1868. IHGJ.

²⁹Jornal O Echo do Sul. 23/12/1857. IHGJ.

³⁰Jornal Jaguareense. 07/02/1856. IHGJ.

4. AUTONOMIA CATIVA: ESCRAVOS URBANOS NA JAGUARÃO OITOCENTISTA

Como vimos em linhas anteriores, a cidade de Jaguarão atravessou boa parte do século XIX com um número considerável de trabalhadores escravizados (ver tabelas 1 e 2). Estes trabalhadores cativos, não viviam somente nas zonas rurais, mas também forjavam estratégias de resistências nos espaços urbanos da pequena cidade fronteiriça.

Thiago Araujo (2011, p. 8) nos traz informações sobre as residências dos escravos em Jaguarão segundo as listas de matrículas nos anos de 1872-73. Dos 4.592 escravos residentes na cidade, 890 residiam no espaço urbano (19,4%), enquanto que 3.702 residiam em zonas rurais, perfazendo um total de 80,6%. Mesmo com esses índices apontados por Thiago Araújo, não podemos afirmar que os trabalhadores escravizados que aparecem residindo na zona rural não circulavam pela cidade, visto que em volta da urbe existiam chácaras, e obviamente esses trabalhadores cativos, vez ou outra circulavam pelo espaço urbano de Jaguarão.

Mesmo sendo a grande maioria de escravos ocupando as zonas rurais em Jaguarão, os trabalhadores escravizados que transitavam pela urbe merecem atenção, pois diferentemente do campo, no qual os cativos na grande maioria dos casos moravam nas senzalas e eram vigiados com mais frequência pelos senhores, esses trabalhadores escravizados que circulavam nos espaços urbanos desenhavam suas moradas e estratégias permanentes de resistência, tentando a seus modos escapar aos olhos das autoridades policiais e senhoriais.

Analisando os Jornais Reforma de 1871 e Atalaia do Sul do ano de 1873 presentes no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, encontramos algumas notícias sobre “ajuntamentos” de escravos nos espaços urbanos da Jaguarão oitocentista. A partir desses recortes pretendemos, nessa parte do trabalho, traçar alguns aspectos sobre a escravidão urbana em Jaguarão e a prática do policiamento em torno dessas “reuniões” de trabalhadores cativos.

Segundo nos aponta Gomes (2006), nas cidades negras os senhores de escravos contavam com o aparato policial para controlar suas propriedades, mesmo que na maioria dos casos essa prática (da vigilância) era muito difícil, visto que negros e negras mantinham, como nos mostra Paulo Moreira (2003) diversas residências. Analisando alguns aspectos da escravidão urbana na capital da Província de São Pedro, na cidade de Porto Alegre, Moreira (2003) percebeu que os cativos viviam em muitas residências, sendo casas de meretrizes, cortiços, ranchos e casebres, isso pelo fato de que esses escravos urbanos estavam sempre em busca de serviços ocasionais, e a mobilidade se fazia necessária.

Ao circularem nos espaços urbanos das pequenas e grandes cidades, os trabalhadores escravizados forjavam laços de solidariedades com outros cativos, mas também com outros setores da sociedade, como os libertos e pessoas livres pobres.

Segundo Moreira (2003), na Porto Alegre oitocentista tanto trabalhadores escravizados como livres e libertos em muitos casos se juntavam, decorrentes do mundo do trabalho mas também em outras práticas mal vistas pelas autoridades, como os casos dos ajuntamentos para os jogos. O historiador cita um caso onde um proprietário de uma venda reunia jogadores e escravos para beberem, jogarem e praticarem “orgias” ao longo da noite³¹.

Um caso parecido encontramos em Jaguarão. Era o dia vinte e dois de Outubro de 1871 quando o Jornal de cunho liberal Reforma publicou uma notícia suplicando para as autoridades ficarem atentas com os tais “ajuntamentos” de escravos que ocorriam na localidade. A matéria do jornal faz menção ao novo delegado de polícia de Jaguarão de nome José Maria Gonçalves, que no exercício de suas atividades, na maior absoluta certeza não iria deixar que escravos se juntassem para praticarem orgias e demais atos considerados pelas elites e autoridades como obscenos.

A matéria que o jornal escreve é extensa, e expressa a preocupação das elites locais com relação aos escravos que circulavam no espaço urbano de Jaguarão,

³¹[...] numa venda localizada na esquina das ruas General Vitorino e Rosário (instalada na parte térrea de um sobrado), reuniam-se “ora jogadores ora pretos” que faziam a “maior orgia”, pronunciando “os termos e palavras as mais obsenas em voz alta” in: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os cativos e os Homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre 1858 – 1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003. p. 56.

clamando para as autoridades darem um fim às reuniões de escravos. Segundo escreve o jornal:

É já vicio enveterado dos escravos, passearem á noute, reunindo-se em algumas casas para jogarem. Há muita escrava que tem casa posta, só dando obdiência aos senhores quando lhes paga o salário sempre exagerado a que se comprometterão para com elles. N'essas casas há sempre reuniões de escravos de ambos os sexos á noute, com o fim de entregarem-se ás orgias, e ao jogo.³².

A matéria colocada no jornal se torna um grande potencial para pensarmos nos espaços em que circulavam os cativos em Jaguarão. Percebendo a notícia do jornal da cidade e comparando com a que Paulo Moreira (2003) encontrou na capital da Província, percebemos que os ajuntamentos de negros e negras era prática comum onde vigorava a escravidão, principalmente em espaços urbanos.

A notícia do jornal evidencia os locais onde ocorriam tais reuniões, sendo “as olarias todas da - Boca do Tigre – e aquellas vendas d’aquelles lados, as dos subúrbios da cidade, e uma ou outra das d’entro”. Percebe-se que estão presentes os subúrbios de Jaguarão, espaços mais deslocados do centro urbano, e que talvez concentrassem poucas residências, mas que também estavam na mira das elites e autoridades locais, justamente por serem espaços que concentravam grande número de trabalhadores escravizados e demais segmentos populares.

Outro detalhe que consideramos importante na noticia do periódico Reforma se refere ao posicionamento do jornal com relação à “ousadia” dos cativos em trabalhar somente quando seus senhores pagam seus salários – “sempre exagerados” – a que se comprometerão. Devemos ter sempre cautela em problematizar noticias de jornais, pois bem sabemos que são relatos carregados de intencionalidades e muitas vezes generalizantes. Porém o escrito pelo jornal é uma forma interessante de pensarmos nas margens de autonomia que mantinha os trabalhadores escravizados, estando em constante negociação com seus senhores para buscar uma alternativa de vida mais digna dentro do espaço urbano jaguareense.

Ainda dialogando com Moreira (2003), este, analisando os espaços em que circulavam os cativos em Porto Alegre, percebeu que dentro desse complexo jogo de

³²Jornal Reforma. Providencia Policial. 22/10/1871. IHGJ.

negociações, os senhores, na perspectiva de obterem lucros deviam em muitos casos compactuar com a relativa mobilidade dos seus cativos, que como já escrito anteriormente, circulavam em muitas residências na Porto Alegre oitocentista.

Em Jaguarão acreditamos que não foi diferente. Mesmo sendo uma localidade pequena se comparada com a capital da Província de São Pedro, os trabalhadores cativos circulavam pelos espaços urbanos, forjando redes de solidariedades entre negros e negras libertas e livres pobres, que em muitos casos frequentavam os mesmos espaços e eram igualmente alvos de ações de repressão das autoridades policiais.

Segundo Gomes (2006), as relações dos senhores de escravos e das autoridades policiais eram evidentes, visto que se não podia controlar sua propriedade circulando nas ruas, os senhores obtinham a ajuda de policiais para tais tarefas. Segundo o autor, nas cidades negras os trabalhadores escravizados eram em muitos casos acusados de desordens, de brigas entre outros delitos. Destacam-se também os roubos e furtos, como os cativos jaguarenses que furtavam durante o dia as casas de seus senhores para a noite negociarem a fim de sustentar seus “vícios e prazeres”.

Mantendo o diálogo com Gomes (2006, p. 70), o autor afirma que as tabernas (botequins) eram os lugares que mais alertavam as autoridades nas cidades negras, justamente por concentrarem trabalhadores cativos e demais segmentos populares da sociedade. Reunindo-se para o jogo e para beberem, em muitos casos esses ajuntamentos acabavam em brigas e tumultos e até mesmo em mortes.

Na cidade de Jaguarão havia tabernas localizadas perto do rio que dá nome a cidade e que preocupavam as autoridades³³, caracterizando espaços de sociabilidade das camadas populares, mas que também continham desordens e em alguns casos crimes de homicídios. Nesse sentido, a policia na cidade de Jaguarão estava atenta para encarcerar quem perturbasse a ordem pública, e os ajuntamentos de escravos e demais segmentos pobres eram os principais alvos dessas ações.

³³“Em officio remetido à presidência da província por parte da Câmara Municipal de Jaguarão no ano de 1846, podemos perceber não somente os problemas de insegurança enfrentados nestes limites de regiões, mas também por neste espaço se concentrarem um grande número de tabernas. Diziam os edis ser “[...] prejudicial à tranquilidade pública haver tabernas sobre a linha divisória, por serem estas causas de se suscitarem desordens, mortes, e roubos, e os agressores terem um ponto de apoio, a passarem no momento do ato do crime ao lado limítrofe [...]”. AL-ALAM, Caiuá Cardoso. BOM, Matheus Batalha. LOPES, Taiane Naressi. SILVA, Tiago Rosa da. In: *Uma prisão na fronteira: a construção da cadeia civil de Jaguarão-RS*. [no prelo].

Paulo Moreira encontrou uma forte concentração de escravos presos em Porto Alegre por embriaguez, insultos, imoralidades e desordens. E parece que na cidade de Jaguarão, alguns trabalhadores escravizados tiveram o mesmo rumo: o do xadrez.

Mesmo com as limitações das fontes sobre a população carcerária na Jaguarão oitocentista, as poucas informações que obtivemos nos fornecem um panorama dos presos. No ano de 1856 encontram-se treze detidos na cadeia da cidade, desses, cinco são escravos que foram presos por homicídio, sendo eles os escravos Manoel Ventura, Paulino, Cipriano, Sebastião e Zeferino. No ano de 1870 também encontramos escravos, sendo dois detidos por roubo de gado e o escravo Lino, por ter assassinado o cativo Raimundo e condenado a 12 anos de prisão e 150 açoites³⁴.

Homicídios, roubos, mortes e brigas foram uma constante nas cidades “negras”. Analisando os crimes cometidos pelos escravos em São Paulo, Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998) notou uma forte incidência de homicídios praticados por escravos. Segundo a autora, 54% eram homicídios ou tentativas de homicídios praticados por escravos contra senhores, feitores e administradores.

Misturando vários segmentos sociais, conviviam nos mesmos espaços trabalhadores escravizados, libertos, pessoas livres e camadas populares. Atritos, confusões e mortes faziam parte dessa sociedade escravista, onde o trabalhador escravizado ora sentava no banco dos réus, e ora era vítima de tais violências urbanas.

Voltando na notícia do jornal Reforma citada em linhas anteriores neste capítulo, parece que esta causou eco na Jaguarão de 1871. No dia dois de Novembro do mesmo ano, o Jornal Reforma publicou uma matéria esclarecendo que:

Aquellas reuniões dos escravos e dos vagabundos, á noute, destinados ao jogo e ás orgias, cada vez se tornão mais raras. Os passeadores e jogadores já tem receio da policia, porque sabem que por toda a parte o incansável Sr. Gonçalves, apparece, e que não os poupará, enviando-os para a cadeia, aonde depois de lhes fazer a obra de caridade de rapar-se-lhes as cabeças, receberão também um – presente – para eternisar-lhes na memória a lembrança d’aquelle passeio de refresco³⁵.

³⁴AL-ALAM, BOM, LOPES, SILVA, Op. Cit. p. 9.

³⁵Jornal Reforma. A Polícia. 02/11/1871. IHGJ.

Ao que tudo indica as patrulhas do Sr. Gonçalves, delegado de policia de Jaguarão, acalmaram um pouco com as junções de escravos, que se pegos nas ruas fora de hora, terão, como deixa claro a matéria acima, um corretivo da policia para que nunca mais passem pelas ruas da cidade.

Com relação a esse “crime” de vagar fora de hora nas ruas, Caiuá Al-Alam (2013) pesquisando o livro que sobrou de entrada e saída de presos escravos da cadeia na cidade de Pelotas, no período que compreende os anos de 1862 a 1878 encontrou um grande índice de trabalhadores escravizados que foram detidos por andarem fora de hora pelas ruas da cidade. Segundo o autor:

A “desordem” e o “vagar à noite” aparecem no livro algumas vezes combinadas, e também relacionadas à embriaguez, à fuga e ao jogo; o que demonstra o fato de os escravos manterem relações que iam além da casa de seus senhores. O crime de “vagar à noite fora de horas” por si só já se destaca, demonstrando o quanto os trabalhadores escravos circulavam pela cidade sem a licença de seus senhores. Havia uma relação com a cidade que escapava aos olhares das autoridades, um mundo de relações invisíveis às elites, que causava tensão e medo.³⁶

Analisando aspectos da escravidão na cidade de São Paulo entre os anos de 1850 e 1888, Wissenbach (1998) também atenta para os olhares temerosos das autoridades com relação aos ajuntamentos de escravos nas pontes e chafarizes da cidade, bem como os dispositivos de ações como os códigos de posturas municipais contra os capoeiras, que tentavam a todo modo inibir práticas sociais destes trabalhadores cativos em espaços urbanos.

Mesmo com patrulhas intensivas tanto das policias, como dos próprios senhores em alguns casos, sabe-se que os trabalhadores cativos que circulavam no meio urbano de Jaguarão tinham uma margem de autonomia, mantendo relações diárias com outros cidadãos, e também nos seus trabalhos, que em muitos casos necessitavam de mobilidade.

Acreditamos que essa relativa autonomia dos escravos em Jaguarão possa se valer pelo fato de que nessa cidade a posse escrava era, segundo os historiadores Paulo Moreira e Gabriel Aladrén³⁷ “pulverizada”, ou seja, se tinha uma quantidade relativamente grande de proprietários de escravos que possuíam em sua grande maioria

³⁶AL-ALAM, 2013. p. 156.

³⁷ALADRÉN, 2011, MOREIRA, 2003.

de um a nove cativos. Muitos desses trabalhadores escravizados exerciam funções domésticas, e outros trabalhavam nas chácaras e fazendas perto da urbe.

Obviamente que esses trabalhadores, principalmente os que circulavam no espaço urbano iriam estreitar laços e manter relações com outros cativos, na busca de autonomia para melhor sobreviver no universo da escravidão.

Com relação aos furtos, esses também eram constantes nos espaços urbanos, Wissenbach (1998, p. 52) afirma que essa prática era muito comum nos espaços urbanos em que vigorava a escravidão, no qual os cativos nem sempre negociavam os objetos furtados para sustentarem seus vícios. Em muitos casos trabalhadores escravizados pegavam para si tais objetos, como botinas, casacos e chapéus, e no dia posterior, mesmo que de forma desajeitada, exibiam os pertences furtados pelas ruas das cidades. Em Jaguarão esses furtos também ocorriam e eram alertados pelos periódicos que circulavam na região.

No dia 7 de setembro de 1873, o jornal Atalaia do Sul publicou uma matéria sobre um furto que ocorreu na residência de uma preta liberta de nome Maria, no qual dela roubaram o pouco dinheiro que a mesma economizava e um cofre de pau. O furto aconteceu na Rua Andrade Neves, e segundo o jornal, em frente à casa de Maria encontra-se uma venda que sempre tem movimento, e o mais estranho foi ninguém ter visto. A notícia segue, e segundo o jornal:

Não há governo na escravatura entre nós. A maioria dos senhores de escravos os soltam á noite, sendo bem pequeno o número de casas em que os escravos, á noite, não saiam a passeio pela cidade, ou pelas chácaras dos subúrbios, afim de entregarem-se ao, ao furto e orgias. Há vendas collocadas e estabelecidas somente com o fito de negociar á noute com os escravos, que para ellas levão os furtos que fazem nas casas de seus senhores, e nas dos seus visinhos³⁸.

Percebe-se na matéria publicada que mesmo com o cerco policial protagonizado pelo delegado de polícia Gonçalves dois anos antes, as práticas de furtos e jogos continuaram na cidade de Jaguarão. Práticas que como já escrito anteriormente, eram partes do cotidiano do trabalhador escravizado, que buscava meios de sobreviver ao cativo.

³⁸Jornal Atalaia do Sul. Um pedido á Polícia. 07/09/1873. IHGJ.

Com relação à matéria do jornal *Atalaia do Sul* citada acima, fica claro as articulações entre trabalhadores cativos e comerciantes, que negociavam com escravos objetos furtados na cidade. Em muitos casos no Brasil escravista, comerciantes e taberneiros acoitavam escravos fugitivos, dando-lhes morada e comida e negociando objetos com esses cativos e quilombolas³⁹.

O jornal alerta para as chácaras que reúnem a escravatura nos subúrbios de Jaguarão, e clama para que os senhores sejam multados caso seus escravos forem pegos fora de hora nas ruas da cidade.

Nesse sentido, torna-se interessante os códigos de posturas que vigoravam em muitas cidades escravistas no Brasil. Em Jaguarão têm-se os códigos de posturas que a Câmara Municipal da localidade formalizou em 1871, no mesmo ano em que o jornal *Reforma* clamou as autoridades policiais para dar fim as reuniões de escravos e demais segmentos populares.

O código deixa claro no artigo 54 que “os donos de botequim e casas de jogo não proibidos, não consentirão dentro d’ellas escravos de qualquer sexo; sob pena de 4\$000 e o duplo de reincidência”.⁴⁰

Percebe-se que as autoridades locais em conjunto com as elites estavam temerosas com a presença de trabalhadores escravizados nos espaços destinados aos jogos, como no caso os botequins. Mas acreditamos que mesmo com a instalação do código de posturas na Jaguarão oitocentista, trabalhadores cativos, juntamente com as camadas populares que incluíam livres pobres e libertos mantiveram suas margens de autonomia e, mesmo que de forma limitada, forjavam espaços de sociabilidade para jogarem, dançarem, beberem e negociarem.

Al-Alam (2007) analisando a cidade de Pelotas, percebeu que as elites locais estavam temerosas com o constante crescimento urbano e conseqüentemente com a crescente circulação de trabalhadores escravizados pela urbe, que segundo essas elites

³⁹É interessante observar que os comerciantes que negociavam com negros, principalmente quilombolas na sociedade escravista conseguiam grandes margens de lucro, pelo fato da ilegalidade na transação. Para mais informações sobre história de grupos quilombolas, ver: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. Companhia das Letras, 1996. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, AL-ALAM, Caiuá Cardoso, PINTO, Natália Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

⁴⁰Código de posturas da Câmara Municipal de Jaguarão. 1871. IHGJ.

se comportavam de maneira desordeira e imoral. A implementação dos Códigos de Posturas Municipais em 1835 vem no sentido de coibir tais atos, e segundo o autor:

A colocação em prática das Posturas Municipais era papel da policia e um aspecto que evidencia o quanto era difícil para as autoridades controlarem a circulação de escravos pela cidade é o crescido número de prisões efetuadas pelo motivo de estarem os cativos na rua fora de horas, sem autorização de seus senhores. Esta transgressão era ainda mais perigosa, pois havia o costume dos taberneiros consentirem escravos no interior de seus estabelecimentos.⁴¹

Descrevendo aspectos da escravidão nas cidades negras, Gomes (2006) afirma que um dos principais artifícios usados no controle dos escravos urbanos foi o toque de recolher. Segundo o autor, no período colonial essa prática foi amplamente utilizada na tentativa de conter escravos e homens livres pobres. Jaguarão também se utilizou desses artifícios, visto que a localidade atravessou o século XIX com uma intensa população negra, e evidentemente, esses estavam na mira das elites e autoridades policiais.

Mas devemos ressaltar, que mesmo com o cerco fechado para os cativos que moravam em Jaguarão, esses resistiram á tais práticas de vigilância e teceram espaços de sobrevivência com os seus, e com os demais segmentos populares.

Nesse sentido, dialogando com Sidney Chalhoub, os negros da Jaguarão do século XIX - assim como os que circulavam na corte e ajudaram a solapar o regime da escravidão naquele espaço – “instituíram uma cidade própria, arredia e alternativa, possuidora de suas próprias racionalidades e movimentos”.⁴² Os trabalhadores escravizados que passaram pela Jaguarão oitocentista, aos seus modos forjaram estratégias de resistirem ao cativo, seja pelas fugas, como as analisadas no capítulo anterior deste trabalho, seja pelas alternativas autônomas de negociar com taberneiros e conseguir um vintém a mais para quem sabe comprar a tão sonhada carta de alforria; seja pela partida arriscada para solo Uruguai; ou seja, forjaram uma cidade própria para melhor sobreviver, uma cidade negra.

⁴¹AL-ALAM, 2007. p. 64.

⁴²CHALHOUB, 1990. p. 28.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar algumas reflexões em torno da resistência negra no período da escravidão em Jaguarão. Os anúncios de trabalhadores escravizados presentes nos jornais locais nos mostraram a complexidade de cada fuga de cativos empreendida em solo jaguarense.

Alguns dados explicitados neste trabalho pareceram uma constante nos anos em que vigorou o regime da escravidão no Brasil. As fugas ocorrerem mais entre os cativos jovens de até os vinte e cinco anos de idade, pois como vimos, a fuga era um ato extremamente arriscado para a vida do cativo.

Com relação à cor dos trabalhadores escravizados encontrados nos jornais, percebemos uma grande diversificação, onde apareceram atributos como pardo, retinto, preto, cabra escura, mulata e fula. Características que estavam anunciados em jornais espalhados pelo país e que denotavam uma hierarquia social entre o mundo da escravidão e a liberdade.

Tais fugas, como podemos perceber foram majoritariamente individuais, mostrando que o ato dessa empreitada era acima de tudo, um ato pessoal e particular da experiência de vida de cada homem ou mulher que fugiu não só em Jaguarão, mas onde vigorou a escravidão no país. As profissões dos trabalhadores escravizados apareceram nos anúncios que pesquisamos, como as de carneador e campeiro, mostrando assim a importância do trabalho do campo em Jaguarão, que chegou a ter mais de cinco charqueadas funcionando ao mesmo tempo no século XIX. Mas também apareceram escravos com ofícios “urbanos”, como alfaiate e pedreiro.

Esses padrões de fugas que encontramos coincidem com os dados levantados por historiadores e pesquisadores que já escreveram sobre a temática, como é o caso de João José Reis, Eduardo Silva, Flávio Gomes e o pioneiro neste tipo de análise, o antropólogo social Gilberto Freyre.

Percebemos ao longo deste trabalho que a localidade fronteira de Jaguarão atravessou grande parte do século XIX com um considerável número de cativos, que de diversas maneiras buscavam meios de resistir ao cativo, seja pelas fugas para o solo

uruguaio, seja pela fuga para outras regiões da província na busca de familiares, seja pela negociação com taberneiros que ocorria nas noites na cidade e que aterrorizavam as autoridades.

Muito há de se estudar em torno da escravidão em Jaguarão, principalmente com a análise de outros tipos de fontes. Porém uma tentativa de caracterizar uma outra cidade foi aqui exposta - uma cidade negra – forjada por cada trabalhador escravizado que se arriscou e fugiu, trabalhadores estes que foram negligenciados pela história “heroica” de Jaguarão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, Gabriel. *Estancieiros escravistas na fronteira rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840)*. *Hermes & Clio*. Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica FEA/USP. Seminário de História Econômica. Agosto de 2011.

_____. *Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. BOM, Matheus Batalha. LOPES, Taiane Naressi. SILVA, Tiago Rosa da. In: *Uma prisão na fronteira: a construção da cadeia civil de Jaguarão-RS*. [no prelo].

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869-1889 – PUC, Porto Alegre, 2013*.(Tese de Doutorado).

_____. *A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. Unisinos. São Leopoldo, 2007. (Dissertação de Mestrado).

_____.LIMA, Andreia da Gama. *Territórios negros em Jaguarão: Revisitando o Centro Histórico*. In: *Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal”- 1825 a 1832. *Locus revista de história* 2°. 2008.

ARAÚJO, Thiago Leitão. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BERUTE, Gabriel Santos. O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, C. 1790 - C.1830. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade*. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

_____. Comprando e vendendo escravos fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880). In: *IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS: Vestígios do Passado*, 2008, Porto Alegre. Anais do IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS: Vestígios do Passado. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. A política da abolição: o rei contra os barões. In: *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In: *Dominios da História: ensaios de teoria e metodologia /* Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Marcelo Farias. “*Deu uma das de vila-diogo e fitou cipó*”: Os anúncios de fugas de escravos nos jornais pelotenses (1875-1888). Pelotas: UFPEL, 2010. (Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História).

FARIA, Sheila S. de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Niterói: tese de Doutorado, UFF 1994.

FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a Liberdade e a Escravidão na Fronteira Meridional do Brasil: Estratégias e Resistências dos Escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888*. São Paulo: USP, 2011 (Tese de Doutorado).

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e Coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa; SOARES, Eduardo Álvares de Souza (orgs.). *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966.

_____. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GOMES, Flávio (et. al.). *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*. Rio de Janeiro. V. 1. 1996.

GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

LARA, Silvia Hunold. *BLOWIN' IN THE WIND: E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil*. Proj. História, São Paulo, (12), out. 1995.

_____. *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro : 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

LIMA, Andréa da Gama. *O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural Jaguareense*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2010a. (Dissertação de mestrado).

LIMA, Rafael Peter de. *'A nefanda pirataria de carne humana': escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010b (dissertação de mestrado).

MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Urugua: a construção da cidade de Jaguarão*. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica Superior D'Arquitectura, 2001.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, AL-ALAM, Caiuá Cardoso, PINTO, Natália Garcia. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes* (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre 1858 – 1888*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. *Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça* (Aurélio Viríssimo de Bittencourt /Jaguarão, século XIX). *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2009.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. São Paulo: Zumbi, 1959.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais* (meados do século XIX). São Leopoldo: Unisinos, 2005. Dissertação (Mestrado em História).

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira* (1815-1851). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência escrava negra no Brasil escravista*. São Paulo, 1989.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional. Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SLENES, Robert. FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. *Tempo*, Vol.3 - nº 6, Dezembro de 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo* (1850 – 1880). Hucitec, São Paulo, 1998.